

MORAES SERÁ VICE

Edson Fachin é eleito presidente do STF

O ministro Edson Fachin foi eleito ontem para o ocupar o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) pelos próximos dois anos. O vice-presidente será o ministro Alexandre de Moraes. A posse será no dia 29 de setembro. A votação foi feita de for-

ma simbólica pelo plenário da Corte. Atualmente, Fachin é o vice-presidente e, pelo critério de antiguidade, deve assumir o cargo. Conforme o regimento interno, o tribunal deve ser comandado pelo ministro mais antigo que ainda não presidiu a Corte. O novo

presidente vai suceder a Luís Roberto Barroso, que completará o mandato de dois anos. Ao cumprimentar Fachin pela eleição, Barroso afirmou que o país tem sorte de ter o ministro na cadeira de presidente da Corte. **PÁGINA 5**

DIREITOS HUMANOS

EUA são acusados de manipular relatório

Uma das principais organizações não governamentais (ONG) de direitos humanos do mundo – a Human Rights Watch (WRH) – acusou o governo dos Estados Unidos (EUA) de manipulação política e mentiras em relatório anual divulgado na terça-feira passada sobre violações de direitos humanos em diversos países do mundo, incluindo o Brasil. A WRH afirma que, na edição deste ano do relatório de direitos humanos do Departamento de Estado, o governo de Donald Trump ignorou violações em países considerados aliados, como El Salvador, Hungria e Israel. Nos casos do Brasil e da África do Sul, onde há governos atacados pela Casa Branca, os dados manipulados apontam uma piora do cenário. “O novo relatório de direitos humanos do Departamento de Estado é, em muitos aspectos, um exercício de encobrimento e enganação. O governo Trump transformou grande parte do relatório em uma arma que faz os autocratas parecerem mais palatáveis . **PÁGINA 6**

MINAS GERAIS

TCE suspende programa de escolas cívico-militares

PÁGINA 5

ACAREÇÃO

Cid confirma depoimentos no STF sobre trama golpista

PÁGINA 5

SOCORRO FINANCEIRO

Lula: mundo está ávido para fazer negociação com Brasil

JOSE CRUZ / ABRASIL



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, a medida provisória (MP) que cria o Plano Brasil Soberano, que prevê um conjunto de medidas para amparar empresas que tiveram prejuízo com as recentes medidas anunciadas pelos Estados Unidos, de taxar em 50% as exportações brasileiras. Entre elas, está uma linha de crédito no valor de R\$ 30 bilhões para exportadores, mudança nas regras do seguro de crédito à ex-

portação e em fundos garantidores, prorrogação de suspensão de tributos e compras governamentais. “A gente não pode ficar apavorado e nervoso e muito excitado quando tem uma crise. A crise ela existe para a gente criar novas coisas”, disse Lula em cerimônia no Palácio do Planalto. Por se tratar de medida provisória, o texto entra em vigor imediatamente e precisa ser votado em 120 dias pelo Congresso Nacional. **PÁGINA 2**

TARIFAÇO

Firjan pede rapidez na execução de medidas

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) afirmou que o plano de socorro às empresas atingidas pelo tarifaço norte-americano apresentadas ontem pelo governo federal são “um primeiro passo” para mitigar os danos impostos pelos Estados Unidos. Segundo a

entidade, para que as medidas surtam efeito, é fundamental que as empresas, principalmente as pequenas e médias, tenham acesso rápido às ações do programa do governo para mitigação dos impactos. Chamado de Plano Brasil Soberano, a MP foi publicada ontem. **PÁGINA 6**

CÂMARA

JOSE CRUZ / ABRASIL



Comissões aprovam R\$ 7,6 bi em emendas sem transparência

Cinco comissões da Câmara aprovaram, ontem, o destino de R\$ 7,6 bi em emendas de comissão ao Orçamento sem discussão, publicidade de onde vão os recursos ou maior transparência. As votações foram simbólicas. “Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado”, disseram os presidentes dos colegiados. Em um deles, o de Turismo, apenas um deputado estava presente. Aprovaram as emendas de comissão os colegiados de Saúde. O movimento “relâmpago” das comissões ocorre após reunião com presidente da Câmara, Hugo Motta . **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA -0,89% / 136.687,32 / -1.226,36 / Volume: 38.183.783.334 / Negócios: 4.112.702										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	GP-M	-1,65% (jun.)	EURO turismo			
Mais Negociados				Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,26% (jun.)	Compra: 6,3982	Venda: 6,5782	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.								
CVC BRASIL ON NM	2,07	-10,78%	-0,25	RDVC CITY ON NM	36,990	+29,84%	+8,500	WDC NETWORKSON NM	3,150	-13,46%	-0,490	S&P 500	6.466,58	+0,32%	15%	(18/06)	14,90%	Compra: 5,3928	-0,23%
AMBEV S/A ON ED	12,12	-0,90%	-0,11	TC ON NM	8,450	+19,69%	+1,390	UNIPAR ON ED	51,08	-12,41%	-7,24	NASDAQ Composite	21.713,14	+0,14%		OURO		Compra: 5,3996	Venda: 5,4002
COGNA ON ON NM	2,87	-4,01%	-0,12	MANGELS INDLPN	5,07	+18,74%	+0,80	CEDRO PN N1	15,52	-10,80%	-1,88	Nasdaq 100	23.849,03	+0,04%	0,1761%	BM&F/grama/RJ	R\$ 592,34		
MRV ON NM	6,92	+6,63%	+0,43	REVEE ON EB NM	30,000	+15,38%	+4,000	CVC BRASIL ON NM	2,07	-10,78%	-0,25	Euronext 100	1.596,51	+0,59%		EURO Comercial		Compra: 5,4331	Venda: 5,6131
PETROBRAS PN ATZ N2	30,57	-0,75%	-0,23	CEB PNB	23,01	+12,52%	+2,56	PACUCAR,CBDON NM	2,71	-10,56%	-0,32	FTSE 100	9.165,23	+0,19%	0,6770%	Compra: 6,3175	Venda: 6,3181		

Bolsa recua 0,89%, aos 136,6 mil pontos, com foco no ‘varejo’

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após ter encerrado o dia anterior bem perto dos 138 mil pontos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a escorregar para os 136 mil durante a sessão de ontem, sem conseguir segurar os 137 mil pontos no fechamento, em baixa de 0,89%, aos 136.687,32 pontos. Ontem, oscilou dos 136.534,63 até os 137.912,90 pontos, saindo de abertura em nível similar (137.910,70) ao da máxima da sessão. Em dia de vencimento de opções sobre o índice, o giro financeiro foi a R\$ 38,1 bilhões nesta quarta-feira. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) avança 0,57% e, no mês, ganha 2,72% - no ano, sobe 13,64%.

Dessa forma, na ponta perdedora do Ibovespa na sessão, destaque para nomes do setor de varejo e consumo, como CVC (-10,78%), Pão de Açúcar (-10,56%), Petz (-5,91%), Assai (-4,98%) e Magazine Luiza (-4,27%).

Na ponta oposta, MRV (+6,63%), SLC Agrícola (+1,35%), Brava (+1,22%), Natura (+1,16%) e Localiza (+1,1%). Entre as blue chips, o dia foi amplamente negativo, à exceção entre os grandes bancos de BB ON, que subiu 0,21%. Entre as maiores instituições financeiras, o ajuste ficou entre -0,22% (Santander Unit) e -1,07% (Bradesco ON).

A principal ação do Ibovespa, Vale ON, fechou em baixa de 0,39%, enquanto Petrobras cedeu 0,48% na ON e 0,75% na PN, com o prosseguimento da

correção do Brent e do WTI. Prevalecem no momento receios quanto à demanda pela commodity, após a Agência Internacional de Energia (AIE) ter previsto um maior superávit de oferta, adiante, acompanhado por um aumento inesperado nas reservas de petróleo bruto dos EUA, na semana.

No cenário mais amplo, após ter efetivado uma sequência de quatro ganhos no começo de agosto, entre os dias 1º e 7, o Ibovespa volta a mostrar dificuldade para retomar o patamar de 138 mil pontos e convergir, assim, para níveis do começo de julho, há mais de um mês. Nas últimas quatro sessões, obteve ganho em apenas uma delas, na terça, então em alta de 1,69%, permanecendo preso a uma faixa relativamente estreita, entre 135 e 137 mil pontos.

DÓLAR

O dólar subiu levemente ontem, e voltou a passar de R\$ 5,40. No exterior, a moeda norte-americana caiu com as chances de corte de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) em setembro beirando 100%.

Operadores atribuem o tropeço do real a ajustes de posições e realização de lucros, após o câmbio romper no dia anterior a marca dos R\$ 5,40 e fechar no menor nível desde 14 de junho.

Com máxima de R\$ 5,4113 no início da tarde, paralelo a mínimas do Ibovespa e do petróleo, o dólar fechou em alta de 0,27%, a R\$ 5,4018.

AÇÃO CONTRA TARIFAÇO

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, a medida provisória (MP) que cria o Plano Brasil Soberano, que prevê um conjunto de medidas para amparar empresas que tiveram prejuízo com as recentes medidas anunciadas pelos Estados Unidos, de taxar em 50% as exportações brasileiras. Entre elas, está uma linha de crédito no valor de R\$ 30 bilhões para exportadores, mudança nas regras do seguro de crédito à exportação e em fundos garantidores, prorrogação de suspensão de tributos e compras governamentais.

“A gente não pode ficar apavorado e nervoso e muito excitado quando tem uma crise. A crise ela existe para a gente criar novas coisas”, disse Lula em cerimônia no Palácio do Planalto. Por se tratar de medida provisória, o texto entra em vigor imediatamente e precisa ser votado em 120 dias pelo Congresso Nacional, para não perder a validade.

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), participaram do evento, e Lula pediu que as medidas sejam votadas rapidamente para que “o prejudicado seja beneficiado”. O texto da MP foi publicado ontem no Diário Oficial da União, em edição extra.

O tarifaço afeta 35,9% das mercadorias enviadas ao mercado norte-americano, o que representa 4% das exportações brasileiras.

Durante seu discurso, o presidente afirmou que não vai aplicar a reciprocidade, neste momento, e que a política de comércio exterior do governo é de abertura de novos mercados para os produtos brasileiros. As exportações para os Estados Unidos, por exemplo, já representaram 25% do que o país envia para fora e, hoje, esse percentual é de 12%.

“Nós somos negociadores. Nós não queremos, no primeiro momento, fazer nada que justifique piorar a nossa relação. Neste momento, nós estamos tentando aproximar a relação, procurando nossos parceiros”, disse Lula. Ele contou que está articulando um diálogo no âmbito do Brics para melhorar as relações entre todos os países que foram afetados pelo tarifaço.

Especialistas consultados pela Agência Brasil avaliam que a medida dos Estados Unidos também é uma chantagem política com objetivo de atingir o Brics, grupo de potências emergentes que tem sido encarado por Washington como uma ameaça à hegemonia estadunidense no

mundo, em especial, devido à proposta de substituir o dólar nas trocas comerciais.

“É importante lembrar que esse cara do Brics que assusta eles é simplesmente um país (com) que o Brasil tem uma balança comercial de US\$ 160 bilhões. O dobro da que nós temos com os Estados Unidos. E nós queremos crescer mais. Nós queremos vender mais e queremos comprar mais”, disse Lula em referência à China, maior parceiro comercial do Brasil.

O presidente lembrou que seu governo já abriu 400 novos mercados e informou que, em janeiro do ano que vem, Brasil e Índia farão um grande evento para aproximar os empresários dos dois países.

“Eu quero levar, pelo menos, uns 500 empresários brasileiros para a Índia, porque é um país muito grande e muito importante para a indústria brasileira, sobretudo na questão de fármacos, de inteligência artificial e a questão espacial e de defesa. Nós temos muito que aprender com a Índia. Então, ao invés de ficar chorando aquilo que nós perdemos, vamos ficar procurando ganhar outro lugar. O mundo é grande, o mundo está ávido para fazer negociação com o Brasil”, destacou.

“Todo mundo sabe que nós somos do bem. Todo mundo sabe que a gente não quer brigar com ninguém, que a gente faz concessões, sabe? Mas a gente não merecia isso”, completou.

BRASIL SOBERANO

O tarifaço imposto ao Brasil faz parte da nova política da Casa Branca, inaugurada pelo presidente Donald Trump, de elevar as tarifas contra parceiros comerciais na tentativa de reverter a relativa perda de competitividade da economia dos Estados Unidos para a China nas últimas décadas. No dia 2 de abril, Trump impôs barreiras alfandegárias a países de acordo com o tamanho do déficit que os Estados Unidos têm com cada nação. Como os EUA têm superávit com o Brasil, na ocasião, foi imposta a taxa mais baixa, de 10%.

Porém, em 6 de agosto, Trump elevou a tarifa para 50% contra o Brasil em retaliação a decisões que, segundo ele, prejudicariam as big techs estadunidenses e em resposta ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, acusado de liderar uma tentativa de golpe de Estado após perder as eleições de 2022.

Lula voltou a defender a soberania do Brasil sobre os temas internos e as decisões da Justiça. “O que nós estamos fazendo é aquilo que é feito apenas em

país democrático, julgando algo com base em provas coletadas, em testemunhas e com total direito de presunção de inocência”, disse, criticando o histórico de ingerência dos Estados Unidos.

“O que está sendo jogado fora é uma relação de 201 anos de história (entre Brasil e Estados Unidos). Veja que nós relevamos até o golpe de 64. Nós nem lembramos o que foi o papel da embaixada americana aqui no Brasil, não lembramos o que foi o papel de navio de guerra dos Estados Unidos nos nossos mares. Tudo isso a gente não esqueceu, mas daí a gente não coloca mais em conta. Porque nós somos da paz”, afirmou o presidente brasileiro.

Além do socorro aos exportadores, o governo trabalha para ampliar os setores fora do tarifaço de Trump. Cerca de 700 produtos do Brasil não foram afetados e continuam a pagar 10% de tarifa. Entre eles estão suco e polpa de laranja, combustíveis, minérios, fertilizantes e aeronaves civis, incluindo seus motores, peças e componentes.

MEDIDAS ECONÔMICAS

A linha de crédito de R\$ 30 bilhões será financiada com recursos do superávit financeiro do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que serão usados como funding para permitir taxas acessíveis. De natureza contábil e vinculado ao Ministério da Fazenda, o FGE dá cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação. Há prioridade para produtores que não têm alternativas à exportação aos Estados Unidos, de acordo com a dependência do faturamento, tipo de produto e porte de empresa.

As pequenas e médias empresas também poderão recorrer a fundos garantidores para receber o crédito e o acesso às linhas estará condicionado à manutenção do número de empregos. Serão feitos aportes adicionais de R\$ 1,5 bilhão no Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), de R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil, voltados prioritariamente ao acesso de pequenos e médios exportadores.

O Plano Brasil Soberano cria a Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego para monitorar o nível de emprego nas empresas e suas cadeias produtivas, fiscalizar obrigações, benefi-

cios e acordos trabalhistas, e propor ações voltadas à preservação e manutenção dos postos de trabalho.

As empresas afetadas também poderão recorrer ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra), que devolve um percentual das receitas das empresas com vendas externas, por meio de compensação com tributos federais ou de ressarcimento direto. Atualmente, empresas de grande e médio porte de produtos industrializados têm alíquota fixada em 0,1%; enquanto micro e pequenas, por meio do programa Acredita Exportação, recebem de volta 3% de alíquota.

Com o Plano Brasil Soberano, grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de alíquota, e as micro e pequenas, com até 6%. As novas condições do Reintegra valerão até dezembro de 2026 e terão impacto de até R\$ 5 bilhões.

O governo também está prorrogando o drawback por um ano, que é a comprovação da exportação de produtos fabricados a partir de insumos importados ou adquiridos no Brasil com suspensão tributária. Nesse período, esses produtos poderão ser exportados para os EUA ou para outros destinos. Com isso, as empresas não terão que pagar multa e juros se não conseguirem exportar aos EUA no prazo originalmente previsto.

A medida vale para as empresas que contrataram exportações para os Estados Unidos que seriam realizadas até o final deste ano. Dos US\$ 40 bilhões exportados em 2024 para os Estados Unidos, US\$ 10,5 bilhões foram realizados via regime de drawback. De acordo com o governo, a prorrogação não tem impacto fiscal, pois apenas posterga o prazo para cumprimento dos compromissos de exportação assumidos pelas empresas brasileiras.

A Receita Federal também está autorizada a adiar, pelos próximos dois meses, a cobrança de impostos para as empresas mais afetadas pelo tarifaço. Ainda serão implementados instrumentos de modernização do sistema de exportação, que protegem o exportador contra riscos como inadimplência ou cancelamento de contratos.

O plano de contingência inclui, ainda, as compras governamentais. Nessa modalidade, a União, estados e municípios podem adquirir produtos que seriam exportados, em especial alimentos perecíveis, para aproveitá-los em políticas públicas, como a merenda escolar.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.072/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.072/2025 no dia 27/08/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos (FENOBARBITAL SÓDICO 100MG /ML INJETÁVEL, AMPOLA 2ML, FENOBARBITAL SÓDICO 100MG COMPRIMIDO, FENTANIL, CITRATO 0,05MG /ML INJETÁVEL, AMPOLA OU FRASCOAMPOLA 10ML e etc.) Processo nº. 33409.003705/2025-10. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Central Geradora Eólica Seridó V S.A.
CNPJ/MF nº 25.318.520/0001-78 – NIRE 33.300.332.367
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08/08/2025
Data, Hora e Local: No dia 08/08/2025, na sede social da Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 09:00 horas. **Convocação e Presença:** Assembleias realizadas independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Ordem do Dia:** (I) aprovar a redução de capital social da Companhia, com a alteração do disposto no artigo 5º do Estatuto Social; e (II) consolidar o Estatuto Social. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram por unanimidade: **1.** Aprovar a redução do capital social em **R\$ 2.400.000,00**, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital de **R\$ 99.715.527,00**, para **R\$ 97.315.527,00**. **1.1** Aprovar o cancelamento de **2.400.000** ações ordinárias, nominativas, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado é R\$ 97.315.527,00 dividido em 97.315.527 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.”** **1.2.** Consignar que o valor da redução será pago aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de Ações Ordinárias	%	Valores (em R\$)
Mirante Energética S.A.	99.715.526	99,9999990	2.399.999,98
Duas Lagoas Energética S.A.	1	0,0000010	0,02
Total	99.715.527	100	2.400.000,00

1.3. Registrar que o acionista **Duas Lagoas Energética S.A.** manifestou sua renúncia à parcela dos dividendos que lhe cabe em favor do acionista **Mirante Energética S.A. 1.4.** A redução do capital e as alterações estatutárias só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata. **2.** Resolvem consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia. **Encerramento:** O Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi assinada. Rio de Janeiro, RJ, 08/08/2025. **Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Guilherme Braga Lacerda – Secretário. Acionistas: Mirante Energética S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Duas Lagoas Energética S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278

EXPORTADORES

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas) classificou como “avanço” o pacote apresentado ontem pelo governo federal de socorro às empresas brasileiras prejudicadas pelo tarifaço estadunidense.

Segundo a Abrafrutas, as medidas anunciadas estão alinhadas com as demandas da entidade.

“A abertura de R\$ 30 bilhões em linhas de crédito, a prorro-

gação de prazos no drawback (regime aduaneiro especial), o diferimento de tributos e a concessão de créditos tributários específicos para exportadores estão alinhados com alguns dos pleitos já apresentados pela entidade”, diz a nota da associação.

A Abrafrutas também considerou positivas as iniciativas que ampliam o acesso a seguros de crédito à exportação e a possibilidade de compras públicas para absorção da produção afetada,

“medida que poderá mitigar parte das perdas imediatas”.

PEQUENOS PRODUTORES

A entidade ressalvou, no entanto, que o conjunto de ações apresentado ainda não contempla plenamente a cadeia produtiva da fruticultura.

“O pequeno produtor, que comercializa sua produção para empresas exportadoras, corre o risco de ficar desamparado, uma vez que os instrumentos anunciados priorizam diretamente o ex-

portador direto. Sem medidas que cheguem efetivamente à base da produção, há risco de retração nas compras e prejuízo à renda e à permanência desses produtores no campo.”

O governo federal lançou nesta quarta-feira um pacote de medidas para apoiar o setor produtivo afetado pelo tarifaço de 50% imposto pelo governo dos Estados Unidos. O plano de apoio prevê R\$ 30 bilhões em crédito e será viabilizado por meio de uma medida provisória.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

Caçador Energética S.A.									
CNPJ/MF nº 04.511.174/0001-70									
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais)						Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais)			
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023				
Circulante			Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5.106	261	Contas a pagar	3.785	2.352				
Contas a receber	13.670	8.549	Impostos e contribuições a recolher	988	754				
Despesas antecipadas	192	145	Dividendos a pagar	16.052	11.968				
Estoques	852	820	Arrendamento	67	21				
Impostos a recuperar	4.893	1.783	Total do passivo circulante	20.892	15.095				
Outros contas a receber	1	1	Não circulante						
Total do ativo circulante	24.714	11.559	Arrendamento	108	—				
			Total do passivo não circulante	108	—				
Não circulante			Patrimônio líquido						
Imobilizado	95.850	98.774	Capital social	10.542	10.542				
Ativo de direito de uso	170	—	Reserva de lucros	37.636	32.045				
Total do ativo não circulante	96.020	98.774	Ajuste de avaliação patrimonial	51.556	52.651				
			Total do patrimônio líquido	99.734	95.238				
Total do ativo	120.734	110.333	Total do passivo e do patrimônio líquido	120.734	110.333				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais)									
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.330	2.866	29.192	53.726	—	100.114			
Redução de capital social	(3.788)	—	—	—	—	(3.788)			
Realização de avaliação patrimonial	—	—	1.075	(1.075)	—	—			
Reversão de reserva legal	—	(758)	758	—	—	—			
Declaração de dividendos ocorridos no exercício	—	—	(29.192)	—	—	(29.192)			
Lucro do exercício	—	—	—	—	37.472	37.472			
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(9.368)	(9.368)			
Reserva de lucros	—	—	28.104	—	(28.104)	—			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.542	2.108	29.937	52.651	—	95.238			
Realização de avaliação patrimonial	—	—	1.095	(1.095)	—	—			
Declaração de dividendos ocorridos no exercício	—	—	(28.298)	—	—	(28.298)			
Lucro do exercício	—	—	—	—	43.725	43.725			
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(10.931)	(10.931)			
Reserva de lucros	—	—	32.794	—	(32.794)	—			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.542	2.108	35.528	51.556	—	99.734			

RÉPLICA

Espaço onde Anne Frank se escondeu ficará no centro de SP

O maior espaço dedicado para Anne Frank do mundo ficará no centro de São Paulo. O Espaço Anne Frank e o Anexo Secreto têm inauguração prevista para janeiro de 2026 e irão dedicar 900 m2 para contar a história da jovem judia que viveu durante o Holocausto e escreveu O Diário de Anne Frank, um dos livros mais vendidos da história.

A exposição imersiva será uma expansão do Memorial do Holocausto de São Paulo, no bairro do Bom Retiro, e contará com uma réplica fiel do Anexo Secreto, local onde a adolescente viveu escondida com a família e outros ocupantes em Amsterdã, na Holanda, por dois anos durante a Segunda Guerra Mundial para escapar da perseguição nazista.

O investimento no espaço foi de R\$ 26 milhões, sendo R\$ 2 milhões de aporte da Prefeitura de São Paulo. Para ser concebido, o projeto passou por autorização da Fundação Anne Frank, sediada na Holanda. "A história de Anne Frank traz uma lição universal sobre intolerância e humanidade. Ao criar este espaço, queremos garantir que as novas gerações conheçam o que aconteceu para que tragédias como o Holocausto nunca mais se repitam", afirmou o prefeito Ricardo Nunes durante o anúncio da criação do espaço, na terça-feira passada.

O espaço integrará o circuito de museus da capital e terá programação de visitas para todas as escolas municipais. A expectativa é de receber 150 mil visitantes no primeiro ano. A sobrevivente do Holocausto Suzana Venetianer, de 84 anos, presente no anúncio da criação do Espaço Anne Frank, defendeu um local para contar a história do Holocausto. "Com três, quatro anos, são os pais que contam o que aconteceu para a gente. Vou completar 84 anos e ainda tenho na memória tudo o que passei. Mas, daqui a pouco, não vou mais me lembrar. Esse espaço será muito importante, para ninguém esquecer tudo o que aconteceu", afirma.

Suzana esteve em um campo de concentração nazista e foi separada dos pais. "Minha mãe foi levada, meu pai foi levado. Felizmente viemos para o Brasil, esse país foi maravilhoso, onde meu marido e eu crescemos, estudamos, casamos, tivemos filhos, ganhamos dinheiro, trabalhamos e nos tornamos bons profissionais. Crescemos e ajudamos este país a crescer", diz.

Com um projeto multissetorial e curadoria de Luiz Rampazzo, o novo espaço contará com projeções, holografias e recursos tecnológicos que permitirão ao público vivenciar o cotidiano dos moradores do Anexo Secreto, aproximando a história de Anne Frank das novas gerações.

EM 5 DIAS

Polícia prende 27 ladrões de casas e condomínios de luxo

Quase 30 integrantes de organizações criminosas envolvidos em invasões e roubos a residências e condomínios de luxo em São Paulo foram presos em duas grandes operações realizadas por policiais civis da Central Especializada de Crimes e Ocorrências Diversas (Cerceo) nos últimos cinco dias.

As quadrilhas eram bem estruturadas e possuíam planejamento prévio para atacar os imóveis, segundo as investigações. Havia um "chefe" que escolhia as residências e as vítimas que seriam assaltadas, assim como o bando responsável pela invasão, fuga e receptação dos objetos roubados.

Na terça-feira passada, 15 suspeitos foram capturados após cumprimento de 68 mandados judiciais em endereços da capital e da Grande São Paulo. Entre os presos, 13 possuem antecedentes pelo mesmo tipo de crime. Além deles, mais dois suspeitos que eram foragidos da Justiça foram presos na operação.

O bando era investigado desde maio após um roubo em um condomínio no bairro Santa Cecília, no centro da capital.

Durante a operação, a polícia encontrou com os suspeitos três réplicas de fuzis, uma réplica de pistola, uma arma de fogo ilegal, roupas usadas no assalto, cerca de dez celulares, joias, bolsas, garrafas de bebidas alcoólicas, drogas e um aparelho que verificava a autenticidade das joias.

Também foi recolhido um uniforme de uma empresa de telefonia, usado pelos criminosos para interromper o fornecimento de internet e o funcionamento de câmeras de monitoramento.

"Os integrantes dessa organização criminosa são pessoas experientes no mundo do crime, acima de 40 anos, com extensas fichas criminais. Não descartamos a participação deles em outros roubos no período, que será investigado pela polícia com o auxílio dos materiais apreendidos", disse o delegado Ronald Quene, titular da 1ª Cerceo e responsável pela operação.

CHAMADA

Já na sexta-feira passada, mais 12 integrantes de uma qua-

drilha responsável por invadir residências na zona sul da capital foram detidos, dessa vez pela 2ª Cerceo da 2ª Delegacia Seccional de São Paulo.

A investigação teve início em junho, após a detenção de três homens e um menor infrator, na Vila Heliópolis, quando pretendiam praticar um roubo. Os celulares apreendidos foram analisados e a polícia identificou uma chamada em grupo no ato do crime que interligava dez pessoas.

Dois roubos praticados pela quadrilha, nos dias 4 e 5 de agosto, na região de Moema, passaram a ser analisados pelos investigadores, que descobriram o veículo utilizado no crime e a forma como eles acessavam os imóveis, clonando os controles remotos das residências.

Com base nas apurações e com a ajuda de uma denúncia anônima, os policiais encontraram o bando em uma casa no Sacomã. Um menor de idade também foi apreendido. A polícia recolheu no local celulares, bonés, cartões bancários, armas e cartuchos de munição.

"Essas prisões demonstram a eficiência do trabalho de investigação e de inteligência da Polícia Civil de São Paulo. Vamos continuar trabalhando para identificar esses núcleos criminosos e prender seus receptadores e demais envolvidos, cessando os lucros exponenciais que esses assaltantes obtêm com a prática delituosa", disse o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite.

QUEDA DE 17% DE FURTOS E ROUBOS A RESIDÊNCIAS NO SEMESTRE

Os dados da Secretaria da Segurança Pública comprovam a eficácia do trabalho realizado pelos investigadores. De janeiro a junho deste ano, foram 2,3 mil casos de furtos e roubos a residências na cidade de São Paulo. O número é 17,2% menor se comparado ao mesmo período do ano passado, quando houve 2,8 mil delitos registrados.

O número também caiu em todo o estado. No mesmo comparativo, o dado passou de 23,6 mil para 16,9 mil casos, diminuição de 28% nos registros criminais.

Idosa denuncia padre faixa preta e 'exorcista' por agressão em missa

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O padre católico João José Bezerra, que é também lutador de jiu-jitsu, foi denunciado à polícia por agressão a uma idosa de 62 anos durante uma missa que ele celebrava, em São Manuel, no interior de São Paulo. A mulher relatou ter recebido tapas e puxões de cabelo durante uma suposta sessão de exorcismo pelo padre. A Polícia Civil abriu investigação por lesões corporais de natureza leve.

A Arquidiocese de Botucatu disse que afastou o padre das funções clericais e abriu um procedimento interno para apuração dos fatos. Diz ainda que presta solidariedade e apoio à vítima e sua família.

Conforme o registro policial, a idosa foi assistir a uma missa da novena de São Miguel Arcanjo, em que o padre Bezerra se apresentava como concelebrante convidado na condição de "exorcista".

Durante a celebração, a devota teria entrado em estado de inconsciência, o que levou o padre exorcista a agredi-la com tapas no rosto e puxões de cabelo, empurrando-a contra o banco.

O religioso foi contido por outros fiéis e continuou a missa. A mulher foi levada para a Santa Casa e passou por atendimento. O exame apontou hematomas no rosto, na cabeça e no ombro. Ela e a irmã foram ouvidas pela polícia e confirmaram as agressões.

A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) diz que a apuração já foi concluída pela Delegacia Seccional de Botucatu, que colheu o depoimento do suspeito, de testemunhas e analisou imagens. A ocorrência foi encaminhada para o Juizado Especial Criminal. O Judiciário ainda não se pronunciou.

A Arquidiocese diz que não possui sacerdote designado como exorcista e que, pela norma da Igreja, o exercício deste ofício só acontece quando expressamente autorizado pelo bispo.

Em comunicado oficial, a Arquidiocese de Botucatu lamentou o fato envolvendo o padre João José Bezerra, expressou solidariedade e pediu desculpas à fiel envolvida e seus familiares.

"Situações de violência de qualquer natureza são absolutamente incompatíveis com a missão da Igreja e com o Evan-

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª e 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO LASTREADOS EM CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DEVIDOS PELO IME-INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 19.3 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME – Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.", conforme aditado ("Termo de Securitização"), celebrado com a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklyn, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), a se reunir **no dia 03 de setembro de 2025, quarta-feira, às 14:00 horas**, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, conforme abaixo mencionado ("Asssembleia Geral"), para examinarem, discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar a concessão de Waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na cláusula 8.1.2 item (xxviii) do *Termo de Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantias Reais, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da 1ª (Primeira) Emissão Da Ime – Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. ("Notas Comerciais")*, em decorrência do descumprimento não pecuniário de entregar as demonstrações financeiras auditadas do exercício social de 2024, à Securitizadora em cópia ao Agente Fiduciário; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, aprovar o prazo adicional, para que, até 31 de agosto de 2025, sejam enviadas as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, da Emitente e do Fladore, conforme aplicável. Ressalta-se que o cálculo do Índice Financeiro (*covenants*), apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizadora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; (iii) Autorizar a Securitizadora a reembolsar a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente de Oneração") contratado para fins de oneração dos Recebíveis Cedidos Cartão ("Agenda de Pagamentos") de acordo com o extrato da Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Direitos de Recebíveis de Cartão e Outras Avenças, conforme aditado, pelos valores por este despendidos, até então, no valor total de R\$ 663,71 (seiscentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos) com registros realizados junto à Registradora CERC S.A. – Central de Recebíveis, no âmbito da Emissão, bem como aprovar que a Securitizadora efetue, diretamente ao Agente de Oneração, o pagamento de despesas futuras decorrentes de registros a serem realizados junto à CERC S.A.; e (iv) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, conforme Item 19.8 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretendem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário (af.assembleias@oliveiratrust.com.br) e da Securitizadora (juridico@canalsecuritizadora.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação.

São Paulo, 12 de agosto de 2025. Atenciosamente, **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 101ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 101ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissoras" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 101ª Emissão, Em Série Única, da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 03 de setembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contagem de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração do Cronograma de Amortização Programada e Pagamento da Remuneração dos CRI, constante no Anexo I ao Termo de Securitização, que passará a vigorar nos termos do Anexo II à ata de assembleia; (ii) Aprovar a alteração das Datas de Amortização Ordinária do Valor Nominal Unitário e Pagamento Da Remuneração, constantes no Anexo IV ao Termo de Emissão De Notas Comerciais, Com Garantia Fidejussória, Com Garantia Adicional Real, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Al1 Bodytech Participações S.A. ("Termo de Emissão"), que passará a vigorar nos termos do Anexo III à ata de assembleia; e (iii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail agente@solidvdm.com, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI BODYTECH 101", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>); nas páginas do Agente Fiduciário (<https://www.osolidvdm.com/Agente-Fiduciario/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Anexo II: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/missao/24e2335939>; Anexo III: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/missao/24e2335939>. São Paulo, 14 de agosto de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

VOTAÇÃO RELÂMPAGO

Comissões aprovam R\$ 7,6 bi em emendas sem transparência

LEVY TELES/AE

Cinco comissões da Câmara dos Deputados aprovaram, ontem, o destino de R\$ 7,6 bilhões em emendas de comissão ao Orçamento sem discussão, publicidade de onde vão os recursos ou maior transparência. As votações foram simbólicas e duraram poucos segundos.

"Aqueles que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado", disseram os presidentes dos colegiados. Em um deles, o de Turismo, apenas um deputado estava presente na sala durante a votação.

Aprovaram as emendas de comissão os colegiados de Saúde (que tem direito a R\$ 3,8 milhões em emendas), Integração Nacional (com R\$ 1,2 bilhão em

emendas), Esporte (com R\$ 1 bilhão em emendas), Turismo (com R\$ 950 mil em emendas) e Desenvolvimento Urbano (Com R\$ 550 mil em emendas). Apenas o colegiado de Agricultura (R\$ 100 mil em emendas) não votou as indicações ontem.

A celeridade espantou alguns parlamentares, que reclamaram da falta de transparência. "Qual a relação? Quais Estados? Quais bancadas? Quais partidos?", questionou Paulo Guedes (PT-MG) à presidente da Comissão de Integração, deputada Yandra Moura (União-SE).

Guedes definiu a votação como "votação relâmpago". É melhor a presidência da Casa, o Colégio de Líderes desfazer as comissões. Estamos fazendo papel de quê aqui? De besta?", perguntou novamente a Yandra.

"Estamos trabalhando como sempre foi feito e de acordo com o que foi programado nas outras comissões, também", respondeu Yandra.

Nas reuniões de comissões, os presidentes dos colegiados disseram que as indicações partiram de sugestões de líderes partidários.

Preside a comissão de Esporte a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ); de Saúde, Zé Vitor (PL-MG); de Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG), de Desenvolvimento Urbano, Yury do Paredão (MDB-CE) e a de Agricultura, Rodolfo Nogueira (PL-MS).

O movimento "relâmpago" das comissões ocorre após os presidentes de colegiados terem se reunido na residência oficial do presidente da Câmara, Hugo

Motta (Republicanos-PB), na manhã da terça-feira, antes mesmo da reunião de líderes. Os deputados foram avisados da votação das emendas na noite desse mesmo dia. A movimentação foi antecipada pela Folha de S. Paulo.

Segundo o procedimento a ser adotado, agora as comissões precisam publicar as indicações e apresentá-las ao governo. Esse tipo de emenda não é obrigatório - cabe ao Palácio do Planalto liberar ou não os recursos. Se optar por liberar, o governo precisa mostrar o nome do deputado que indicou a emenda.

Neste ano, a previsão é de R\$ 11,5 bilhões em emendas de comissão. Aproximadamente R\$ 7,7 bilhões ficam com a Câmara e R\$ 3,8 bilhões com o Senado.

MINAS GERAIS

Tribunal de Contas suspende programa de escolas cívico-militares

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-NG) determinou a paralisação do programa Política Educacional Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares, do governo estadual, em sessão do Tribunal Pleno de ontem.

Em caráter liminar, o tribunal determinou inspeção nas nove escolas mineiras que já adotam o modelo, como forma de subsidiar a decisão do mérito do processo pelos conselheiros. O fórum fixou prazo de cinco dias para que o governo estadual comprove a paralisação do projeto.

Também foi determinada, por 4 votos a 1, a suspensão das consultas junto às 728 escolas do Estado ao modelo e decidiu pela paralisação, a partir de 2026, do programa cívico-militar que já é adotado em nove escolas da rede pública estadual.

Em seu voto, o relator determinou que o secretário de Educação preste informações detalhadas sobre a execução atual do programa, "incluindo a situação das nove escolas atualmente em funcionamento no modelo cívico-militar; os custos envolvidos na implementação e manutenção do programa; a forma e origem dos recursos para remunera-

ção dos militares; critérios de seleção e convocação desses militares; os resultados pedagógicos alcançados com base em dados objetivos e evidências técnicas; o planejamento orçamentário para as demais unidades escolares eventualmente contempladas no programa; com a respectiva documentação comprobatória".

Em relação às escolas que já adotam o modelo cívico-militar em Minas Gerais, Adonias Monteiro determinou que o Estado "se abstenha de dar continuidade ao programa, a partir do ano letivo de 2026, nas nove escolas da rede estadual onde atualmente se encontra em execução, de modo a não comprometer as atividades educacionais já planejadas e em execução no ano letivo de 2025".

O voto do relator foi referendado pelos conselheiros presentes na sessão, com voto divergente do conselheiro Licurgo Mourão, avaliando que o programa não fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que não há decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre ações que alegam a inconstitucionalidade do modelo.

A decisão liminar já está em vigor, e o processo segue no Tribunal de Contas até o julgamento do mérito da representação. Ainda cabe recurso à medida.

AGÊNCIA

Comissão do Senado aprova Wadiah Damous para presidência da ANS

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou, ontem, a indicação de Wadiah Damous para a presidência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Agora, a indicação segue para decisão final no plenário da Casa.

A ANS é a agência reguladora responsável por normatizar e fiscalizar os planos de saúde. É vinculada ao Ministério da Saúde, com quatro diretores e um diretor-presidente, com mandatos de 5 anos.

Wadiah Damous é titular da Secretaria Nacional do Consumidor. Caso seja aprovado no Senado, assume a presidência da ANS após o mandato de Paulo Rebello, que ficou à frente da agência reguladora até dezembro de 2024. Desde fevereiro, o cargo é ocupado interinamente pela servidora Carla de Figueiredo Soares.

PLANOS DE SAÚDE

Ontem, Damous foi sabatinado pela comissão. Um dos assuntos abordados foi o superendividamento da população por conta de plano de saúde com coparticipação, que além da mensalidade, a pessoa paga pelos procedimentos que realiza.

TRAMA GOLPISTA

Torres pede ao STF rejeição da denúncia

A defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a rejeição da denúncia da trama golpista. Torres é um dos réus do núcleo crucial da tentativa de golpe de Estado ocorrida no governo Jair Bolsonaro. Durante as investigações, a Polícia Federal (PF) encontrou na casa de Torres um documento chamado de "minuta do golpe".

Na manifestação enviada

ao Supremo, os advogados reafirmaram que o documento é apócrifo e não tem qualquer valor jurídico. A defesa disse que o documento foi parar na casa do ex-ministro por "mero esquecimento material".

"O texto afrontava os pressupostos constitucionais do Estado de Defesa, não fazia qualquer sentido jurídico e jamais poderia ser levado a sério por qualquer jurista.

ACAREAÇÃO

Cid confirma depoimentos, mas define pontos em favor de Câmara

FELIPE PONTES/AE

O tenente-coronel Mauro Cid confirmou ontem os depoimentos que fez em manifestações anteriores ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas concordou com a inserção de "esclarecimentos" favoráveis ao coronel Marcelo Câmara. Ambos são réus em uma das ações penais sobre a trama golpista que teria tentado manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder.

Os dois participaram ontem de uma acareação no Supremo, em que ficaram frente a frente por cerca de 50 minutos.

Questionado sobre divergências nas versões apresentadas por ele e por Câmara para os mesmos fatos, Cid reafirmou que o coronel sabia sobre uma minuta de decreto de teor golpista que estaria circulando no Palácio da Alvorada.

O delator, contudo, disse não poder afirmar que a minuta da qual Câmara tinha conhecimento era a mesma que fora apresentada pelo ex-assessor Felipe Martins a Bolsonaro. A existência de tal documento é um dos fundamentos da denúncia apresentada contra o coronel.

Em outro momento, Cid também confirmou que Câmara realizou em 2022 diligências de monitoramento do ministro Alexandre de Moraes, do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e do vice eleito Geraldo Alckmin. Ele afirmou, contudo, que não poderia dizer se Câmara sabia sobre monitoramentos para o chamado plano "Punhal Verde e Amarelo", que teria o objetivo de assassinar os alvos.

Em sua vez de falar, Câmara reiterou a versão de que eventuais monitoramentos realizados por ele tinha o objetivo de "acertar agendas" e não tinha

relação com qualquer plano golpista.

O advogado Eduardo Kuntz, que representa Câmara disse ter ficado "satisfeito" com a acareação. "Esperamos que contribua para a absolvição", disse a jornalistas. "Hoje ficou muito claro que não existiu monitoramento com o objetivo de atacar o ministro Moraes", afirmou.

A acareação foi marcada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator das quatro ações penais sobre a tentativa de golpe, a pedido da defesa de Câmara. O procedimento está previsto no devido processo legal.

PRISÃO PREVENTIVA

Preso preventivamente em uma penitenciária de Brasília, Câmara foi levado sob escolta ao Supremo. Após a acareação a defesa voltou a pedir que ele possa aguardar em liberdade pelo julgamento.

a consciência de um dever a cumprir", declarou.

Moraes também parabenizou Fachin pela eleição. "Queria agradecer a solidariedade e confiança de todos os colegas e expressar minha grande honra e alegria de novamente poder ser o vice-presidente do ministro Edson Fachin, com quem já trabalhei no Tribuna Superior Eleitoral", completou.

PERFIL

Indicado pela ex-presidente Dilma Rousseff, Edson Fachin tomo posse no Supremo em junho de 2015. O ministro nasceu em Rondinha (RS), mas fez carreira jurídica no Paraná, onde se formou em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

estratégico recuou 5,8%. Já o número de furtos de celular subiram 52% em julho de 2025 em comparação com o mesmo mês do ano passado. Foram 4.058 pessoas contra 2.671 em julho de 2024.

Outro índice que também teve aumento foi o furto de bicicleta. Em julho deste ano, 350 pessoas perderam sua bicicleta contra 306 no mesmo período do ano passado, um aumento de 14%. O furto em coletivo teve um aumento de 29%, quando comparado com julho do ano passado. Pelo menos 758 pessoas perderam seus pertences em ônibus em julho deste ano contra 589 no mesmo mês de 2024. O número de furtos de veículos apresentou alta. Em julho de 2025 foram furtados 1.504 veículos contra 1.360 no mesmo período do ano passado, um aumento de 11%.

STF

Edson Fachin é eleito presidente do Supremo; Moraes será o vice

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O ministro Edson Fachin foi eleito ontem para o ocupar o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) pelos próximos dois anos. O vice-presidente será o ministro Alexandre de Moraes. A posse será no dia 29 de setembro.

A votação foi feita de forma simbólica pelo plenário da Corte. Atualmente, Fachin é o vice-presidente e, pelo critério de antiguidade, deve assumir o cargo. Conforme o regimento interno, o tribunal deve ser comandado pelo ministro mais antigo que ainda não presidiu a Corte.

O novo presidente vai suceder a Luís Roberto Barroso, que completará o mandato de dois anos.

Ao cumprimentar Fachin pela eleição, Barroso afirmou que o país tem sorte de ter o ministro na cadeira de presidente da Corte.

"Considero, pessoalmente e institucionalmente, que é uma sorte para o país poder, nesta atual conjuntura, ter uma pessoa com essa qualidade moral e intelectual conduzindo o tribunal. Receba meu abraço pessoal e de todos os colegas, desejando que seja muito feliz e abençoado nos próximos dois anos. É duro, mas é bom", afirmou.

Em seguida, Fachin agradeceu a confiança depositada pelos colegas e disse que pretende fortalecer a colegialidade e o diálogo no STF. "Reitero a honra de integrar essa Corte. Recebo [a eleição] no sentido de missão e com

Nota

RIO MOSTRA QUEDA NOS CRIMES DE LETALIDADE VIOLENTA E HOMICÍDIO

O Rio de Janeiro registrou, em julho de 2025, queda de 20,5% na letalidade violenta em relação ao mesmo mês do ano anterior. De acordo com dados divulgados ontem pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), foram 237 vítimas contra 298 em julho de 2024 - 61 mortes a menos. No acumulado de janeiro a julho, a redução foi de 1,3%. O homicídio doloso (quando há a intenção de matar) caiu 14,4% no mês, enquanto as mortes por intervenção de agente do estado tiveram diminuição de 40,5%, passando de 79 para 47 casos — 32 a menos. No acumulado do ano, o indicador

